

# Racismo é (só) falta de Informação?: caminhos entre informação e desinformação

*Is racism (just) a lack of information?: paths between information and disinformation*

Fernanda Carla da Silva Costa   

Daniella Alves de Melo   

## Resumo

A informação, compreendida como uma construção social, é permeada por intencionalidades e relações de poder, o que acaba por desconstruir a ideia de neutralidade ou imparcialidade que lhe é atribuída. Surge, então, a inquietação de investigar a dinâmica informacional que transpassa as relações étnico-raciais, no sentido de entender seu papel na emancipação e/ou colonização desses(as) sujeitos(as), em especial os(as) negros(as). O objetivo foi refletir se/como a informação e a desinformação – entendidas aqui como nuances do mesmo fenômeno – estariam contribuindo para que a representação dos(as) negro(as) em nossa sociedade esteja sendo estereotipada e enganosa, e se apenas isso seria suficiente para alimentar o racismo e a condição de subalternidade que é imposta a eles(as). Procurou-se apontar, também, as contribuições que o campo informacional tem dado à luta desses(as) sujeitos(as). As considerações desta pesquisa são desenvolvidas a partir de uma abordagem bibliográfica sobre os temas: informação, desinformação, colonialidade e descolonização, racismo cotidiano e informação étnico-racial. Conclui-se que, apesar da informação e da desinformação serem ferramentas fundamentais para a manutenção das desigualdades e das opressões, apenas seu uso não pode ser responsabilizado pelo racismo, porém, são utilizadas para perpetuá-lo. De maneira oposta, a produção de conteúdo que vai de encontro as informações normativas é uma forma de desconstruir as narrativas estruturais e estruturantes da colonialidade.

**Palavras-chave:** Informação. Desinformação. Racismo. Descolonização.

## Abstract

Information, understood as a social construction, is permeated by intentions and power relations, which ends up deconstructing the idea of neutrality or impartiality attributed to it. Then, the concern arises to investigate the informational dynamics that pierces ethnic-racial relations, in the sense of understanding their role in the emancipation and colonization of these subjects, especially blacks. The objective was to reflect on whether information and misinformation - understood here as nuances of the same phenomenon - are contributing to the representation of blacks in our society being stereotyped and misleading, and whether this alone would be enough to feed racism and the condition of subordination that is imposed on them. We also tried to point out the contributions that the informational field has made to the struggle of these subjects. The considerations of this research are developed from a bibliographic approach on the themes: information, disinformation, coloniality and decolonization, everyday racism and ethnic-racial information. It is concluded that, although information and disinformation are fundamental tools for the maintenance of inequalities and oppression, only their use cannot be held responsible for racism, however, they are used to perpetuate it. Conversely, the production of content that meets normative information is a way of deconstructing the structural and structuring narratives of coloniality.

**Keywords:** Information. Disinformation. Racism. Decolonization.

# folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Juazeiro do Norte, v. 7, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2021. ISSN 2447-0120. DOI [10.46902/2021n1p177-194](https://doi.org/10.46902/2021n1p177-194).

## 1 Introdução

Reni Eddo-Lodge escritora do livro *Por que eu não converso mais com pessoas brancas sobre raça*, traz em sua obra uma frase muito potente, “Nunca vou me impedir de falar sobre raça. Cada voz levantada contra o racismo afasta seu poder. Nós não podemos nos permitir ficar em silêncio. Este livro é uma tentativa de falar” (2019, p. 187). Bem, este artigo também é uma tentativa de falar, de tal forma que se junte a tantas outras ações do movimento negro e da Academia de denunciar as facetas do racismo e as suas consequências em diversas vidas, aqui, especialmente, nas vidas negras, que no Brasil constroem o país com seu sangue, e, mesmo assim, são violentadas e invisibilizadas. Como dito por Sueli Carneiro (2011), sofrendo um banimento social.

Constantemente vemos nos meios de comunicação e redes sociais digitais denúncias sobre racismo. São acontecimentos diversos, pois, como diz Grada Kilomba (2008, p. 60),

[...] o racismo cotidiano não se refere a uma experiência pontual, mas sim a uma constelação de experiências de vida, uma exposição constante ao perigo, um padrão contínuo de abuso, que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém [...].

A dimensão do poder que o racismo carrega consigo afeta a subjetividade das pessoas, ao ponto de satisfazer os critérios políticos dos sujeitos brancos, sendo a omissão parte da desimportância dos negros(as) como sujeitos(as) políticos(as), sociais e individuais (KILOMBA, 2008).

Quando falamos em racismo, também estamos falando necessariamente de raça, um termo que não é fixo nem estático, e tem seu sentido inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Conforme dito por Almeida (2019, p. 24), “por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico”. Por isso, precisamos pontuar aqui, que todos somos racializados, o que nos divide vem de circunstâncias da construção histórica, política e econômica da nossa sociedade, materializada em grande parte dos preconceitos e racismo.

Nesse entremeio dos acontecimentos racistas, existe a expressão comumente utilizada ‘isso é falta de informação’, como se o(a) sujeito(a) responsável por tal prática não tivesse sido comunicado(a) de que era errada determinada atitude. Ao mesmo tempo, nota-se que também não é comum haver falas ligadas a falta de educação desses atos, visto que são tão naturalizados que só ganham o patamar de vergonhoso quando são massivamente expostos e criticados como atos desumanos, “pessoas brancas nunca tiveram que pensar sobre o que

significa, em termos de poder, ser branco, então todas as vezes em que são vagamente lembrados desse fato, interpretam isso como uma afronta” (EDDOLIDGE, 2019, p. 98).

Pois bem, do ponto de vista social, toda informação é determinada por suas condições de produção e, portanto, é marcada por intencionalidades e relações de poder, o que nos faz desconstruir a ideia de neutralidade ou imparcialidade da informação (MARTINS, 2015). Diante dessa constatação, surge a inquietude de investigar a dinâmica informacional que permeia as relações étnico-raciais, no sentido de emancipação e/ou colonização desses(as) sujeitos(as).

Se consideramos que vivenciamos contextos sociais marcados pela desigualdade e assimetria de poder, devemos estar atentos ao caráter ideológico da informação, que incide no processo de construção de sentidos gerando imagens dissonantes do outro e dos grupos que formam a realidade social (PERDIGÃO; SILVEIRA, 2019). Isto posto, temos a desinformação como ferramenta atuante na criação de imagens dissonantes do outro. Desinformação entendida como uma informação imprecisa, incompleta, vaga ou ambígua, e, porque não dizer, deliberadamente enganosa (KARLOVA; FISHER, 2013).

Estaria então a informação e a desinformação – entendidas como nuances do mesmo fenômeno – contribuindo para que a representação dos(as) negro(as) em nossa sociedade seja estereotipada e enganosa? Apenas isso é suficiente para alimentar o racismo e a condição de subalternidade que é imposta ao povo negro? Que contribuições o fenômeno informacional poderia dar à luta desses(as) sujeitos(as)?

O objetivo deste trabalho é refletir sobre essas indagações, a partir de um estudo bibliográfico, de caráter exploratório, no qual discutimos sobre informação (ARAÚJO, 2012; CAPURRO; HJØRLAND, 2007; DEMO, 2000), desinformação (DEMO, 2000; KARLOVA; FISHER, 2013; RUOKOLAINEN; WIDÉN, 2019), colonialidade e descolonização (KILOMBA, 2008; MBEMBE, 2016; MIGNOLO, 2017), racismo cotidiano (KILOMBA, 2008) e informação étnico-racial (OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2014). No que diz respeito a natureza, pode ser considerada uma pesquisa qualitativa, que, segundo Minayo (2012), possui como termos estruturantes de investigação os verbos: compreender e interpretar. Seu procedimento de coleta de dados, enquanto pesquisa bibliográfica, se valeu de materiais já existentes sobre a temática, tais como livros, artigos, teses e dissertações (GIL, 1991).

Pensar o racismo dentro da reificação do processo colonial coloca a perspectiva de descolonização como algo articulado e pensado no interior da Biblioteconomia e Ciência da Informação, fundamentais para problematizar as práticas informacionais coletivas e individuais, principalmente porque defendemos que esses campos devem ter condições epistemológicas para a busca de uma emancipação de diversos tipos de opressões e dominações, ao articular a interdisciplinaridade como uma política de construção de ações e de pensamentos libertadores.

## 2 Informação e Desinformação, as Duas Faces da Mesma Moeda

De acordo com Capurro e Hjørland (2007), o termo informação pode ser encontrado sob diversas concepções, quase toda disciplina científica utiliza esse termo dentro de um contexto próprio, relacionando-o a fenômenos específicos. Na própria Ciência da Informação, a qual cabe definir tudo aquilo que pode ser chamado de informação (GONZÁLES DE GÓMEZ, 2007), a forma como este fenômeno é abordado e definido se difere de acordo com algumas variáveis, dentre elas, o paradigma (CAPURRO, 2003) que esteja servindo como base teórica para o estudo. Ou seja, a informação é um objeto multifacetado e de constituição complexa.

Nesta reflexão, construída com base no Paradigma Social (CAPURRO, 2003), a informação é compreendida como “uma construção social, algo que é definido no terreno da ação concreta de sujeitos em ações recíprocas (isto é, interações)” (ARAÚJO, 2012, p. 146). Nesse sentido, é composta pelo seu contexto de produção e pela “multiplicidade particular de cada objeto/usuário/lugar de informação” (SILVA, 2014, p. 31).

Enquanto fenômeno produzido socialmente e em um contexto histórico específico, a informação “está sempre envolta por um complexo processo de significação, sujeito a externalidades e internalidades que interferem na sua interpretação, e, conseqüentemente, no seu uso” (SILVA, 2014, p.32). Aqui, pretende-se discutir a informação enquanto práticas sociais, políticas, econômicas e culturais que têm influência na vida dos(as) sujeitos(as), seja para sua emancipação ou para sua colonização.

Defende-se, em corroboração com Demo (2000), que a informação é ambivalente – tanto para quem a produz, quanto para quem a recebe – e, portanto, desinformar e informar fazem parte do mesmo fenômeno (DEMO, 2000; KARLOVA; FISHER, 2013; RUOKOLAINEN; WIDÉN, 2019), isto é, são dois

lados da mesma moeda, de modo que não devem ser estudados como objetos distintos. Para Demo (2000)

Em certo sentido, todo processo informativo é manipulador, porque seleciona a informação disponível, além de a interpretar hermeneuticamente. Esta é marca do conhecimento como tal: à medida que conhece a realidade, destaca nela o que o método pode captar, além de impingir interpretações orientadas pelo interesse, por vezes escuso (DEMO, 2000, p.40).

Desinformar, portanto, está intrinsecamente ligado ao processo de informar. Para Demo (2000, p. 39), este resultado é natural, pois, quando construímos a informação agimos seletivamente de acordo com o estoque, por vezes transbordante, de dados disponíveis, ou seja, “selecionamos o que é possível captar, sem falar que preferimos o que nos interessa”. Dessa forma, ao passo que informamos, também deixamos de informar, ou seja, desinformamos.

A desinformação nos processos informativos é própria da comunicação humana e da sua incapacidade de captar todas as informações disponíveis sobre determinado fenômeno ou fato. O problema, no entanto, reside em sua face manipuladora. Não se trata de bombardear os(as) sujeitos(as) de informações de modo que eles(as) não consigam autogerenciá-las, e sim, sobretudo, usá-las para seu oposto, o cultivo da ignorância (DEMO, 2000).

Considerando as complexas dinâmicas sociais e informacionais, Karlova e Fisher (2013) apresentam dois tipos de desinformação, por assim dizer: *desinformation*, uma informação deliberadamente enganosa, porém, pode ser difícil discernir os motivos por trás do compartilhamento de tal informação; e *misinformation*, uma informação imprecisa, incompleta, vaga ou ambígua, percebida assim pelo(a) receptor(a) em um dado momento e contexto específico.

Tanto a *disinformation* quanto a *misinformation* podem ser utilizadas para informar e construir a realidade, sendo vistas como informações subjetivas e situacionais (HJØRLAND, 2007). É importante entender que aspectos sociais, culturais e históricos influenciam na nossa compreensão da informação e no que percebemos como verdadeiro, de modo que estudos que tratam sobre verdade devem levar em consideração as dimensões sociais de tal fenômeno, o que é essencial quando se estuda sujeitos(as) que estão à margem da sociedade e não compartilham, necessariamente, do mesmo entendimento de verdade dos grupos hegemônicos (KARLOVA; FISHER; 2013).

Segundo Ruokolainen e Windén (2019), quando falamos em verdade, podemos estar falando sobre o entendimento normativo dela, de tal modo que pode ser

difícil dizer a diferença entre afirmações verdadeiras e afirmações normativas. Hassio (2015) foi quem introduziu os conceitos de *informação normativa* e *informação desnormativa*. A informação normativa é aquela consistente com as normas e atitudes dominantes ou geralmente aceitas em uma sociedade, enquanto a informação desnormativa contradiz essas normas. Informações desnormativas não são automaticamente imprecisas, nem normativas são sempre precisas.

Para abordar a questão da verdade e da normatividade, Ruokolainen e Windén (2019) propõem dois novos conceitos para desinformação: *desinformação percebida*, baseada na definição de *misinformation* (KARLOVA; FISHER, 2013), entendida como informação que é percebida como imprecisa, incompleta, vaga ou ambígua pelo(a) receptor(a) em um contexto ou situação; e *desinformação normativa*, baseada no conceito de informação normativa (HASSIO, 2015), vista como informações que, em alguns contextos sociais, geralmente são aceitas como imprecisas.

Tais conceitos são importantes quando se trata do estudo de sujeitos(as) subalternizados(as), pois, tais sujeitos(as), geralmente, não compartilham as visões normativas da sociedade, portanto, é importante evitar o etnocentrismo e mostrar respeito a história e aos valores desses grupos. Assim, tais conceitos navegam e funcionam em um novo contexto social, que possui visões, normas e valores possivelmente diferentes para orientar a compreensão da informação (RUOKOLAINEN; WIDÉN, 2019).

No conceito de desinformação normativa, as visões normativas não são aceitas como verdadeiras, mas como uma interpretação que passa a ser dominante em um contexto social (RUOKOLAINEN; WIDÉN, 2019). Porém, cotidianamente, as pessoas acreditam prontamente em informações consistentes com a narrativa dominante, sem questioná-las. Para Demo (2000, p. 39), a validade do discurso se remete ao ambiente social, “cuja normatividade não é apenas dada, mas também historicamente construída”.

A desinformação pode levar os(as) sujeitos(as) a experimentar confusão, incerteza, suspeita, medo, preocupação, raiva, alienação e desempoderamento; pode fazer as pessoas desconfiarem das informações e das comunidades onde elas estão inseridas, do governo e seus serviços e instituições; afeta opiniões e valores em relação a assuntos públicos, políticos e religiosos ou questões de saúde, científicas, ambientais e econômicas (RUOKOLAINEN; WIDÉN, 2019).

Se por um lado temos o desenvolvimento sem precedente do conhecimento que pode ser emancipatório, dando condições a condução autônoma dos sujeitos, por outro, essa emancipação se torna ambivalente dado os efeitos colonizadores persistentes, uma vez que “a capacidade de condução da história aumentou flagrantemente” (DEMO, 2000, p. 38). Não temos dúvidas que muitas vezes esses efeitos colonizadores foram e ainda são subsidiados pela desinformação. Conforme nos alerta Morin (2010, p. 47), “as forças que nos imbecilizam continuam progredindo mais rapidamente do que as forças que nos elucidam”.

## 2.1 E Quando se Trata dos(as) Negros(as)?

Nemer (2019, p. 8) nos chama atenção para o fato de que estamos vivendo tempos “em que a verdade e a história estão sendo constantemente questionadas e reformuladas para responder aos anseios atuais de governos extremistas”. Para o autor, essa forma de ‘reescrever’ a história só é possível a partir da promoção da desinformação e do anti-intelectualismo.

É bem verdade que, do ponto de vista ideológico e das relações de poder, a informação, a maior parte das vezes, está a seu serviço e não em oposição. Na esfera social, a informação nunca está ali apenas para informar, mas para influenciar, ou, se preferir, manipular (DEMO, 2000, p. 37).

O poder, como bem diria Foucault, se esgueira pelas beiradas, busca não ser percebido para influir tanto mais, procura a obediência do outro sem que este a perceba, inventa privilégio que a vítima pensa ser mérito, usa o melhor conhecimento para imbecilizar.

O que ocorre com os(as) negros(as) é que os conteúdos históricos referentes a sua existência foram apagados, silenciados, enterrados, manipulados, esquecidos, sistematizados de forma errônea, mascarados, e o que mais se possa imaginar como formas ‘edição’ de sua história. De acordo com Silva (2014), para estes(as) sujeitos(as) a história foi oficializada de forma ‘equivocada’.

As constantes contestações em relação a veracidade da narrativa oficial que envolve o povo negro, instigaram pesquisadores(as) a investigar outros lados dessa história, as informações desnormativas (HASSIO, 2015). Tenta-se, segundo Silva (2014, p.43), “desconstruir ‘o negro como objeto de escapelação’ perpetrada por literatura e pelos chamados ‘antropólogos’ e ‘sociólogos’ para distinguir as expressões ‘tema do negro’ e ‘vida do negro’”.

A história oficial é uma história construída com base em desinformação, com o objetivo de apagar o papel e a importância social desse povo e silenciar suas

vozes. Além, claro, de mascarar e desacreditar a necessidade de reparação social. Para Demo (2000), falar pelos(as) excluídos(as) é, por rigor, fazê-lo(la) dizer, e por mais que a narrativa seja contra-ideológica, ainda expressa os anseios de outros(as), também ideológicos.

Uma das consequências desse tipo de desinformação que atinge representação histórica dos(as) negros(as) é a geração de uma crise identitária, pois, imersos em uma avalanche de informação, e sem a capacidade crítica, os sujeitos são dominados pelo pensamento hegemônico. Não há a preocupação em distinguir verdades de não verdades, “perde-se a memória e a identidade, pois o indivíduo reflete o todo, a consciência hegemônica projetada no eu” (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3319).

### 3 Construção das Narrativas de Preconceito Racial aos(as) Negros(as)

Falar em preconceito racial, significa identificar narrativas construídas que dizem muito sobre as ações cotidianas da forma como o racismo acontece, uma violência fundamental para o fazer político europeu e seu projeto de escravização e colonização (KILOMBA, 2008).

O racismo em si é uma das formações da sociedade, que acontece graças a herança da colonialidade, nomeada a partir da lógica do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje. A partir dessa ideia de renascimento na cultura europeia temos as bases do pensamento ocidental, que são acompanhadas pela mentalidade de supervalorização dos preceitos ocidentais, esses que, no geral, são postos para o mundo como algo criado na Europa, dizemos aqui ‘no geral’ pois muito do que a Europa produz é fruto direto do contato com outros povos. Além da assimilação direta da cultura desses povos sem sua valorização, tudo que pelos europeus é produzido vai sendo posto como superior a todos as outras culturas (MIGNOLO, 2017).

O produto desse contexto é o surgimento da colonialidade como a lógica dos ‘descobrimientos’, ou melhor, invasões, que teve como finalidade disseminar a narrativa de modernidade, pois, esta não existe sem colonialidade, que é o uso de forças opressivas e de ideais europeus que são projetadas para um mundo não europeu, mudando as formas econômicas anteriores, até a chegada daquilo que se torna o capitalismo, junto com seu outro braço que é a revolução científica, correspondente ao discurso celebratório da modernidade – como fórmula de salvação e novidade para aqueles que antes eram selvagens:

Assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis (MIGNOLO, 2017, p. 4).

Mbembe (2016) afirma que a ocupação colonial era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico, criando o terreno para um novo conjunto de relações sociais e espaciais, que equivalem a produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves. Entender essa história que nos foi imposta, traz consigo a necessidade de análise dos controles sociais aos quais vivemos expostos e a forma pela qual o conhecimento e a comunicação são legitimados a partir de uma lógica de exploração do controle econômico, sexual, de gênero, racial e tantos outros, pois o sentido validado ainda continua sendo aquele que foi espalhado pelo mundo e imposto pelos homens brancos, que legitimam uma experiência de vida heterossexual monogâmica.

Destarte, vivemos como sujeitos(as) que têm dificuldade de fala dentro desse regime repressivo do colonialismo e do racismo, colocados à margem por regimes dominantes que regulam a verdade. Essa historicidade produz interseções das formas de opressão, que não podem ser vistas apenas como uma simples sobreposição de camadas, mas sim como uma produção de efeitos específicos (KILOMBA, 2008).

Por isso, o pensamento e a ação descoloniais são necessários para o engajamento à desobediência epistêmica e desvinculada à matriz colonial. O intuito é superar essa lógica, que tem como uma das suas maiores imposições o preconceito racial, fruto direto do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), que se dá na formação de uma base civilizatória que domina e escraviza outros tipos de vidas não-brancas, sendo internalizado por toda estrutura social, ao ponto de não se haver superado, até então, todo o sofrimento resguardado, no Brasil especialmente, aos(as) negros(as) e indígenas. O racismo continua sendo localizado na superfície das coisas, por isso, quando falamos em racismo estrutural nas relações sociais, predomina uma fantasia de ser 'algo' e não um determinante das relações (KILOMBA, 2008).

Para além disso, há o nível individual das relações raciais, nesse sentido, além de considerar os sentimentos a níveis psíquicos, não se deve normalizar o(a) negro(a) como uma unidade, mas sim sujeitos(as) múltiplos em seus lugares de falas e escolhas. Como defendido por Fanon (2008), a alienação do negro não é uma questão individual.

De fato, o racismo inclui especialmente a dimensão do poder, revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, o que nas questões informacionais podem ser reconhecidos por: falta de acesso à informação e recursos para tal; falta de representação correta da informação; construção de programações de inteligências artificiais e de algoritmos que vão contra a existência negra; dentre outras coisas.

Além disso, vivemos a sombra de um passado escravista, em que a história negra ainda continua sendo contada de forma errônea, porém, vem sendo reescrita lentamente a partir das pequenas conquistas do movimento negro e das iniciativas individuais de formar pessoas capazes, até certo ponto, de sobreviverem a lógica da necropolítica (MBEMBE, 2016).

Com o rápido avanço da tecnologia transformando a forma como vivemos – saltos e limites dados em apenas décadas, em vez de séculos – o passado nunca foi tão distante. É fácil ver a escravidão como algo terrível que aconteceu em um passado bem distante, e se convencer de que esse passado não tem influência na maneira como vivemos hoje (EDDO-LODGE, 2019). Mas, se olharmos mais a fundo, o contexto nos revela que a atual situação dos(as) negros(as) é fruto de um logo passado de opressão e sonegação de direitos, e a informação pode desempenhar o importante papel de descortinar tal realidade.

No Brasil, em particular, ainda existe o aspecto surpreendente do fato da história colonial ter gerado, dentre outros acontecimentos, a raiz de toda nossa ausência de identidade racial ou da confusão da mesma, como se a miscigenação ocorrida aqui tornasse impossível a autoclassificação racial, sendo os(as) sujeitos(as) incapazes de serem abarcados por qualquer atributo racial e étnico (CARNEIRO, 2011).

Por fim, Mbembe (2016) diz que qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica, citando o próprio Foucault que diz que o racismo é uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder.

#### **4 Caminhos Informacionais Contra o *Status Quo* Dominante**

Emancipar-se da ordem vigente, ou, nesse caso, das informações normativas vigentes e da estrutura de poder que ela sustenta e representa, implica na capacidade de confronto e na consideração de alternativas que desconstroem e, sobretudo, construam uma nova narrativa (DEMO, 2000).

A informação, nesse sentido, pode configurar-se em um território de ressignificação para os(as) sujeitos(as), pois, lhe traz a oportunidade de apropriação, mediação e produção, ao passo que também possibilita o compartilhamento de saberes que servem à ação social, mesmo que não imediatamente (MARTELETO, 2017). Conhecer verdadeiramente implica questionar (DEMO, 2000).

A informação nos dá a oportunidade de criar, mudar e refazer, apesar do risco de manipulação ser intrínseco ao processo comunicativo, como já foi discutido. No entanto, assumir o ponto de vista do(a) excluído(a), apesar de ser uma tarefa complexa, é uma maneira de minimizar essa manipulação, dando voz a outras perspectivas, até então silenciadas pelas relações de poder. Para Demo (2000, p. 41), é fato que “a sociedade da informação informa bem menos do que se imagina, assim como a globalização engloba as pessoas e povos bem menos do que se pretende”.

Diante da constante luta dos(as) negros(as) para revelarem e valorizarem sua história, nos propusemos a discutir possíveis caminhos informacionais que contribuíssem nesta luta. A nosso modo de ver, os(as) pesquisadores(as) possuem uma responsabilidade social para com os grupos marginalizados, a responsabilidade de reparar essa história para que se possa olhar para frente e imaginar cenários diferentes.

Como dito por Patrícia Hill Collins (2019), qualquer grupo que se organiza em torno de seus próprios interesses corre o risco de ser rotulado de ‘separatista’, ‘essencialista’ e ‘antidemocrático’, esses ataques às políticas identitárias tentam suprimir grupos historicamente oprimidos que tem por objetivo criar agendas políticas independentes em torno de identidades de raça. Então, é preciso entender que o reconhecimento dos(as) negros(as) nas subjetividades políticas, sociais e individuais torna realidades possíveis, colocando epistemologias e métodos de vozes marginalizadas e secundárias como presentes e dando direito a autorrepresentação, o que reforça a importância da realização de pesquisas centradas nesses sujeitos(as) (KILOMBA, 2008).

Precisamos ter em mente que existem os processos de repressão e resistência, no qual os(as) sujeitos(as) resistem, se tornando conscientes das informações que são produzidas e utilizadas para manter o desconhecimento. Essa resistência se dá em vários níveis, como por exemplo, na crítica aos estereótipos representados nos meios de comunicação, ou mesmo o ato de repensar as indexações em sistemas e bases de dados que levem em consideração a realidade do povo negro.

No que tange aos caminhos informacionais que podem ser percorridos como forma de combater o *status quo* opressor, a Ciência da Informação trouxe como contribuição a esses grupos o conceito de informação étnico-racial, desenvolvido por Oliveira (2010) em sua dissertação intitulada 'Afrodescendência, Memória e Tecnologia: uma aplicação do conceito de informação étnico-racial ao projeto A Cor da Cultura'. Para Oliveira (2010, p. 56), informação étnicoracial é "todo elemento inscrito num suporte físico [com] o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerar [a] diversidade humana".

Tal conceito é fruto de duas inquietações distintas: a urgência em se deenvolver um constructo que abarcasse as especificidades desse tipo de informação, que se fundamentasse na historicidade dos elementos e que, de alguma forma, o constituísse; e por outro lado, a necessidade em disseminar e democratizar o acesso e uso da informação para os diversos grupos étnicos, em especial os(as) negros(as) (OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2014).

Para Oliveira (2010), a informação étnico-racial engloba todo material informacional visual e não-visual (oral, escrito e digital) oriundos de governos, universidades, organizações não governamentais, movimento negro, museus, arquivos, centros de informação etc., tais como documentos legais, textos didáticos, manifestos, biografias, iconografias e ademais, que são produzidos com vistas à promoção da igualdade racial.

Além do desenvolvimento do conceito de informação étnico-racial, outras ações cabem ao combate das infomações normativas que geram desinformação em relação aos(as) sujeitos(as) negros(as). Podemos citar como uma dessas ações a produção acadêmica decolonial (KILOMBA, 2008), que vem para dar voz aos(as) autores(as) e pesquisadores(as) negros(as), valorizando sua produção científica. Ninguém melhor para falar sobre questões étnicas do que os(as) próprios(as) sujeitos(as) que as vivem. Ações como, citar mais autores(as) negros(as), dar destaque às suas produções em bibliotecas, livrarias, centros de informação, abrir espaços para que estes(as) sujeitos(as) ocupem lugares que normativamente não seriam destinados a eles(as), são formas de combater o racismo estrutural que nos cerca e que se apoia na desinformação.

É preciso ainda fazer com que o conhecimento referente às questões étnico-raciais, tais como, racismo estrutural, intolerância religiosa, racismo recreativo, feminismo negro, interseccionalidade, apropriação cultural etc., chegue a um número cada vez maior de pessoas, sejam elas negras ou não, para que de forma simples, direta e educativa os(as) sujeitos(as) possam entender que o contexto

social vivido não é mero capricho do destino, e sim resultado de uma série de ações orquestrada para estarmos em tal situação, em que os(as) negros(as) são constantemente silenciados(as) e subalternizados(as).

Uma das iniciativas mais marcantes no sentido da democratização da informação a partir dos temas citados é a produção da *Coleção Feminismos Plurais*. Tal coleção surge em 2017, organizada pela mestra em filosofia e feminista negra Djamila Ribeiro, com os primeiros títulos em parceria com a Editora Letramento. Trata-se de uma série de pequenos livros abordando questões que têm como base mulheres negras/indígenas e homens negros como sujeitos políticos, sem colocar estes(as) como meros objetos de estudo ou recortes da nossa história (COSTA; MELO; SILVA, 2020). São livros de fácil leitura e de baixo custo aquisitivo, o que facilita seu acesso.

Essas iniciativas são essenciais, também, para o fomento dos debates dentro dos próprios espaços de militância e para epistemologia construída a partir dessa. Assim, a ciência ganha aquisição de conhecimento por outros meios, pois, conhecimento, erudição acadêmica e ciência estão ligados ao poder e a autoridade racial (KILOMBA, 2008). É importante, além disso, um olhar sobre o epistemicídio que apaga os saberes tradicionais, interpretados diferente de como são apresentados pelos interlocutores, pois, é um fenômeno de morte física e do pensamento, trata-se de um racismo epistêmico ou científico (NASCIMENTO, 2019).

Outro caminho informacional necessário de ser idealmente seguido, é o do aprendizado sobre a linguagem. Tal iniciativa começa com a racialização dos brancos, demarcando suas responsabilidades no seu discurso e no mundo, pois, quando posto que ‘somos todos humanos e com sangue da mesma cor’ vem com um teor de desracialização que não é verdadeiramente dada aos(as) negros(as). Para Nascimento (2019), a língua falada no Brasil é afro-brasileira que a branquitude procura em muito afastar essa raiz, como dito por Lélia Gonzalez é uma língua amefricana.

Todas essas são ações que levam a um empoderamento de base informacional e que deixa evidente que não se trata de uma transformação individual, e sim de uma estratégia comunitária. Definir a realidade negra dentro dos seus próprios termos, tendo em mente que as formas de opressão mudam constantemente, empodera estes(as) sujeitos(as) de tal modo que os que perdem o poder a partir dessas reivindicações passam a não poder mais excluir outros(as) em circunstâncias tão claras (COLLINS, 2019).

## 5 Considerações Finais

Este artigo é um esforço de suas autoras em refletir sobre o preconceito racial, em especial àquele direcionado às pessoas negras, e sobre o papel que a informação desempenha neste processo, entendendo como ela atua tanto para emancipar quanto manter colonizados(as) os(as) sujeitos(as). Visto que, “cada voz levantada contra o racismo afasta seu poder (EDDO-LODGE, 2019, p. 187).

O intuito foi refletir se/como a informação e a desinformação – entendidas como nuances do mesmo fenômeno – estariam contribuindo para que a representação dos(as) negro(as) em nossa sociedade esteja sendo estereotipada e enganosa, e se apenas isso é suficiente para alimentar o racismo e a condição de subalternidade que é imposta ao povo negro. Para além disso, procuramos apontar as contribuições que o campo informacional tem dado à luta desses(as) sujeitos(as), e como ainda pode contribuir.

Defendeu-se nesse percurso que informação é ambivalente (DEMO, 2000), e, portanto, desinformar e informar fazem parte do mesmo fenômeno. Isto porque, além da nossa biologia não permitir que captemos todas as informações disponíveis, também escolhemos o que iremos repassar com base em nossas predileções. Até então, não há problema, o ato desinformar pode ser visto como algo natural.

O problema está quando as informações construídas e compartilhadas socialmente são deliberadamente manipuladas por grupos hegemônicos como forma de apagar e silenciar as vozes de grupos historicamente subalternizados, como é o caso dos(as) negros(as). Essa manipulação, que se configura em um mecanismo de desinformação, é realizada de maneira sutil, e se materializa através de informações imprecisas, incompletas, vagas ou ambíguas, e, porque não dizer, deliberadamente enganosas (KARLOVA, FISHER, 2013).

No caso do povo negro, os conteúdos históricos referentes a sua existência foram apagados, silenciados, manipulados e substituídos por uma “história oficial”, escrita por homens brancos etnocêntricos. Porém, a partir dos anseios do movimento negro e de pesquisadores(as) negros(as), essa história tem sido reconstruída e recontada, dessa vez do ponto de vista do(a) excluído(a), que, segundo Demo (2000), é o menos suscetível a manipulações.

Por isso, quando há falas como “os primeiros a discriminar são os próprios negros entre si”, precisamos repensá-las a partir das assimilações dos padrões informacionais da branquitude, ou seja, das informações nomativas, que são absolvidos não apenas pelo viés da alinação dos negros(as), mas, também,

como uma estratégia de sobrevivência e busca de melhores espaços na sociedade (NASCIMENTO, 2019).

Por fim, na tentativa de contribuir informacionalmente com as questões étnico-raciais, apontamos uma série iniciativas/alternativas de combate à desinformação e ao silenciamento do povo negro, tais como: a formalização do conceito de informação étnico-racial (OLIVEIRA, 2010); produção acadêmica decolonial; destaque a autores negros em espaços de informação; democratização da informação que trata de temas étnicos-raciais a partir de publicações acessíveis a população; dentre outras coisas.

O fato é que, apesar da informação e da desinformação serem ferramentas fundamentais para a manutenção das desigualdades e das opressões, apenas o uso destas não pode ser responsabilizado pelo racismo. Nesse sentido, racismo não é falta de informação, porém, a informação é utilizada para perpetuá-lo, construindo um ambiente que propicia tal prática. No entanto, de maneira oposta, a produção de conteúdo que vá de encontro a informação normativa a qual estamos acostumados(as) é uma forma de desconstruir as narrativas estruturais e estruturantes da colonialidade.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. Paradigma Social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.22, n.1, p. 145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9896>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRISOLA, Ana; BEZERRA, Arthur. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102819>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em: [http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm). Acesso em: 20 dez. 2020.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Fernanda C. S.; MELO, Daniella Alves; SILVA, Laelson Felipe. A importância da coleção feminismos plurais no enfrentamento à desinformação sobre as questões étnico-raciais dos afro-brasileiros. In: SILVA, Fanciéle Carneiro Garcês. (org.). **Bibliotecári@s negr@s**: pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. Disponível em: [https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a\\_1e81c9b20f484fbbaeac95f1471d0832.pdf](https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_1e81c9b20f484fbbaeac95f1471d0832.pdf). Acesso em: 30 dez. 2020.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a05v29n2>. Acesso em: 1 dez. 2020.

EDDO-LODGE, Reni. **Porque eu não converso mais com pessoas brancas sobre raça**. Belo Horizonte: letramento, 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. 6. tir. São Paulo: Atlas, 1991.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, María Nélica. Para una reflexión epistemológica sobre la ciencia de la información. **Signo y Pensamiento**, [S.l.], v. 25, n. 50, p. 46 - 61, abr. 2007. Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/4613>. Acesso em: 12 dez. 2020.

HASSIO, Ari. Disnormatiivinen ja normatiivinen informaatio. **Informaatiotutkimus**, v. 34, n. 4, 2015. Disponível em: <https://journal.fi/inf/article/view/53512>. Acesso em: 1 set. 2020.

HJØRLAND, Birger. Information: Objective or subjective/situational? **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 10, p. 1448–1456, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.20620>. Acesso: 20 dez. 2020.

KARLOVA, Natascha A.; FISHER, Karen E. A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behaviour. **Information Research**, v. 18, n. 1, p. 1-17, 2013. Disponível em: [http://informationr.net/ir/18-1/paper573.html#.X\\_vCR9hKhPY](http://informationr.net/ir/18-1/paper573.html#.X_vCR9hKhPY). Acesso em: 5 dez. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MARTELETO, Regina Maria. A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA; Ricardo Medeiros. (orgs.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 29-48.

MARTINS, Ana Amélia Lage. **Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da Ciência da Informação**: uma análise a partir da marcha das vadias. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A8SGYA/tese\\_ana\\_amelia.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A8SGYA/tese_ana_amelia.pdf?sequence=1). Acesso em: 15 dez. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.17, n.3, pp. 621-626, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>. Acesso em: 23 dez 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**: revista do ppgav/eba/ufRJ, Rio de Janeiro, n. 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufRJ.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso: 30 nov. 2020.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso: 10 dez. 2020.

MORIN, Edgar. **Para onde vai o mundo**. Petrópolis: Vozes, 2010

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NEMER, David. Bibliotecas e centros comunitários como espaços para promover a democracia, combater a desinformação e desigualdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. esp. Melhores trabalhos CBBB, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/1374/1168>. Acesso em: 5 dez. 2020.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de. **Afrodescendência, memória e tecnologia**: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto "A Cor da Cultura". 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PERDIGÃO, Juliana Andrade; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Informação simbólica, representações sociais e identidade: aproximações conceituais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 185-211, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/79392/50329>. Acesso em: 5 jan. 2021.

RUOKOLAINEN, Hilda; WIDÉN, Gunilla. Conceptualising misinformation in the context of asylum seekers. **Information Processing & Management**, v. 57, p. 1-14, maio, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030645731831080X>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Bamidelê**: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba. 120 f. 2014. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3973?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3973?locale=pt_BR). Acesso em: 1 dez. 2020.

## Sobre os autores

### *Fernanda Carla da Silva Costa*

Doutoranda em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ). Mestre em Ciência da Informação, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharela em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

[costacs.fernanda@gmail.com](mailto:costacs.fernanda@gmail.com)

### *Daniella Alves de Melo*

Doutoranda e mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Bacharela em Comunicação Social – Relações Públicas (UFPB) e graduanda em Arquivologia (UFPB).

[dame\\_18@hotmail.com](mailto:dame_18@hotmail.com)

Artigo submetido em: 20 jan. 2021.

Aceito em: 16 fev. 2021.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

**UFCA** UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Mestrado Profissional em Biblioteconomia  
Revista Folha de Rosto

**PPGB**

✉ [folhaderosto@ufca.edu.br](mailto:folhaderosto@ufca.edu.br)

📷 [@revistafolhaderosto](https://www.instagram.com/revistafolhaderosto)

🐦 [@revfolhaderosto](https://twitter.com/revfolhaderosto)

Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia](#) da [Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade quadrimestral.